

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
CONCURSO PÚBLICO

Edital nº 003/2013, de Retificação

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, tendo em vista a publicação dos Editais de Abertura de Inscrições do Concurso Público para provimento de cargos da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, nº 001/2012 e 002/2012, publicados no Diário Oficial do Estado da Paraíba de 22/12/2012, RESOLVE:

I - RETIFICAR o Edital 001/2012, de acordo com as informações a seguir:

Leia-se como segue e não como constou.

Capítulo XII

3.2 A Fundação Carlos Chagas e a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba não se responsabilizam por recursos não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

Capítulo XIV

5. j) certidão negativa de antecedentes criminais relativa aos últimos cinco anos;

Anexo I - Atribuições básicas dos Cargos

ANALISTA LEGISLATIVO: Prestar assessoramento técnico à Mesa Diretora, às Comissões Técnicas e aos Deputados, no âmbito da Assembleia Legislativa, nas suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, consistindo na elaboração de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional da Casa, na preparação por solicitação, de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes às funções constitucionais; elaborar programas que auxiliem os órgãos de administração da Casa; prestar assessoramento e acompanhamento de projetos junto à administração geral da Assembleia Legislativa; emitir relatórios e auxiliar as atividades atinentes ao Poder Legislativo, além de outras atribuições quando designado pela Mesa Diretora ou pelo Presidente da Assembleia.

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Para os cargos: CONSULTOR LEGISLATIVO e ANALISTA LEGISLATIVO
CONHECIMENTOS GERAIS:

Direito Administrativo: Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder. Serviços públicos: conceito e princípios; delegação: concessão, permissão e autorização. Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação. Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005). Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação. Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos. Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999 e alterações): disposições gerais, direitos e deveres dos administrados. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. Lei nº 8.429/1992 e alterações: disposições gerais; atos de improbidade administrativa.

Para o cargo: ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Noções de Direito Administrativo: Princípios básicos da Administração Pública. Administração direta e indireta. Órgãos públicos. Agentes Públicos. Ato administrativo: requisitos, atributos, classificação, espécies, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Poderes e deveres dos administradores públicos: uso e abuso do poder, poderes vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar, poder de polícia, deveres dos administradores públicos. Licitação e contratos administrativos (Lei nº 8.666/1993 e alterações): Dos princípios. Das modalidades, limites e dispensa. Dos contratos. Das sanções administrativas e da tutela judicial. Lei nº 10.520/2002: Do pregão. Do processo administrativo (Lei nº 9.784/1999 e alterações). Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações).

II – RETIFICAR o Edital 002/2012, de acordo com as informações a seguir:
Leia-se como segue e não como constou:

Capítulo XIV - DO PROVIMENTO DO CARGO

5. O candidato convocado para nomeação deverá apresentar os seguintes documentos para fins de posse:
- a) Comprovação dos pré-requisitos/escolaridade constantes do Capítulo II deste Edital;
 - b) Comprovante de ter exercido efetivamente a função de jurado, conforme item 3.4 do Capítulo XI, quando for o caso;
 - c) carteira de identidade;
 - d) certificado de reservista ou certificado de dispensa de incorporação;
 - e) título de eleitor, acompanhado do comprovante de votação ou de justificação, conforme o caso;
 - f) CPF;
 - g) certidão de nascimento ou de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
 - h) declaração quanto à ocupação ou não de outro cargo, emprego ou função pública;
 - i) certidão negativa de antecedentes criminais relativa aos últimos cinco anos;
 - j) declaração de bens atualizada;
 - k) número do PIS ou PASEP;
 - l) atestado de aptidão física e mental fornecido pelo órgão;
 - m) três fotos 3x4 recentes;
 - n) comprovante de titularidade de conta bancária;

III – Os demais itens dos Editais 001/2012 e 002/2012 permanecem inalterados.

João Pessoa/PB, 02 de janeiro de 2013.